



BOLETIM SEMANAL

27 de fevereiro de 2012

# Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no DF

Filiado à CUT/FENAJUFE

**Grande ato dia 28/2 na  
Câmara dos Deputados****CONTRA A  
PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR**

# Começa o ano

*Primeira semana de funcionamento efetivo do Congresso inicia-se com uma grande manifestação contra a previdência complementar, prevista para ir a plenário nesta terça*

Após longas férias dos parlamentares e um recesso de dez dias no Carnaval, começa hoje, na prática, o ano legislativo de 2012. Deputados e senadores serão recepcionados por uma carta dos servidores do Judiciário, enviada por email através do site do Sindjus.

"Nosso prazo para aprovar o PL 6613 está reduzido por conta das eleições municipais. O Congresso só terá agenda até o final de junho", afirmou o coordenador do sindicato Cledo Vieira. Por isso, nesta semana os diretores do Sindjus re-

tomam o diálogo com os líderes dos partidos na Comissão de Tributação e Finanças. "Temos que fazer um trabalho rápido e eficaz, e para isso contamos com o poder de pressão dos servidores", completou Cledo Vieira.

Outra pauta importantíssima nesta semana é a manifestação contra o PL 1992, na terça, dia 28. O projeto privatiza a previdência e traz uma série de prejuízos aos servidores, tanto novos quanto antigos. "É fundamental que todos participem, pois o rolo compressor da Câmara

está armado para acabar com a nossa previdência", alertou Cledo.

Entre os prejuízos do projeto estão a quebra da integralidade da aposentadoria; a retirada de recursos da previdência social e os gastos do governo com o novo fundo; e a insegurança para o servidor, que não saberá mais o valor do benefício. Em carta que será entregue aos deputados, o Fórum Nacional dos Servidores Públicos aponta também a inconstitucionalidade do PL e irregularidades em sua natureza jurídica.

## Participação é a palavra-chave

Se o objetivo é garantir o reajuste para 2013, a categoria tem que agir rápido, com toda união e empenho. Como assinalou o consultor do DIAP Antônio Augusto Queiroz, só temos o primeiro semestre de 2012 para aprovar o PL 6613, pois em julho há recesso no Congresso e, no segundo semestre, as eleições municipais. "A tendência é que no segundo semestre os parlamentares deem prioridade ao pleito municipal", afirmou ele.

Diante desse cenário, é preciso que todos os servidores se unam em torno de uma mesma bandeira, como avaliou o coordenador do Sindjus Berilo Leão. "Ainda dá tempo de reverter o golpe da não aprovação do PCCR no ano passado", disse ele, durante a reunião dos delegados sindicais, no último dia 10. Essa também foi a conclusão dos delegados. Eles apontaram os três principais obstáculos à aprovação do reajuste: a falta de autoridade do STF, a força de Dilma no Congresso e a divisão da nossa categoria.

"A divisão enfraquece", afirmou Berilo; "precisamos acabar com isso para superar os obstáculos ao PCCR". O coordenador acrescentou que a participação de cada servidor precisa ser ativa: "Não podemos permitir que um grupo que não tem compromisso com o todo da categoria desfaça o trabalho que fizemos. As conquistas e direitos adquiridos nos últimos anos não podem ser jogados no lixo."

## Ação do Sindjus exige 13,23% de reajuste retroativo a 2003

O Sindjus tem atualmente uma série de ações judiciais em tramitação, em defesa de vários direitos dos servidores, especialmente no que diz respeito à remuneração. Uma dessas ações é sobre a revisão geral anual, direito expresso no artigo 37 da Constituição, segundo o qual, a cada doze meses, o salário do servidor público deve ser acrescido da inflação acumulada no período anterior.

No entanto, os meandros do processo de regulamentação desse reajuste, com o desmembramento do anteprojeto de lei original em duas novas leis, permitiram que em 2003 o governo federal beneficiasse apenas um grupo de servidores com a revisão geral, quando deveria ter aplicado esse direito a todos.

As leis tiveram origem na Presidência da República e levaram a um reajuste superior a 13% em carreiras com menores salários. Em outras carreiras, porém, especialmente no Poder Judiciário e no Legislativo, não

houve o mesmo percentual de reajuste. "Isso configurou uma violação à Constituição Federal e impediu que o conjunto de servidores fosse contemplado como devia", explicou o coordenador do Sindjus Cledo Oliveira.

A ação movida pelo sindicato tem como objetivo garantir aos filiados o direito à revisão geral de remuneração, com o percentual de 13,23%, desde 1º de maio de 2003 até hoje, beneficiando tanto os servidores ativos quanto os aposentados. "Estamos muito otimistas como resultado dessa ação, porque nos últimos tempos o entendimento do TRF sobre o assunto se modificou, e tem sido favorável aos servidores", afirmou o coordenador.

Exemplo disso foi o processo movido pela Anajustra em 2007, recentemente julgado procedente pela Primeira Turma do TRF. "Estamos com um processo de mesmo teor, em fase de apelação nesse mesmo tribunal", explicou Cledo. "A expectativa é que ele tenha um resultado igualmente positivo", completou.

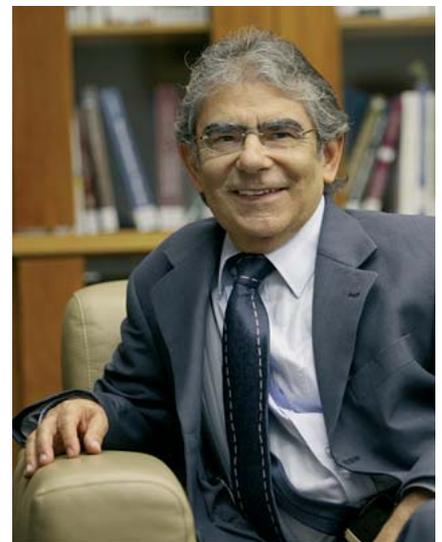
## STF TERÁ UM PRESIDENTE COM PERFIL POLÍTICO

No dia 19 de abril, o comando do Judiciário passará para o ministro Carlos Ayres Britto, que assume no lugar de Cezar Peluso. A posse será em uma quinta-feira, durante sessão plenária do Tribunal. O mandato de presidente do STF é de dois anos, mas Britto ficará no posto apenas até novembro, quando se aposenta compulsoriamente por completar 70 anos. Em seguida, assume o ministro Joaquim Barbosa.

Britto chegou ao STF em 2003, nomeado pelo presidente Lula. Ele é advogado de carreira e foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral entre 2008 e 2010. Tem um perfil muito mais político do que Peluso. Concorreu a depu-

tado pelo PT em 1990 e tentou disputar o Senado em 2002, mas teve o nome rejeitado pela convenção do partido. No governo FHC, assinou manifestos contra programas oficiais, como a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, ao lado do ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça).

O Sindjus estuda a realização de um grande ato em frente ao STF no dia 19 para saudar o novo presidente e lembrá-lo do compromisso com a nossa categoria durante seu mandato, em especial no que diz respeito à aprovação do PL 6613. Será uma grande oportunidade de reafirmar nossa bandeira diante do Supremo e da mídia.



Ayres Britto: à frente do Supremo em abril